



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012340-73.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Sandra Cristina Tochio**
 Requerido: **Vando Sabatini**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

O réu é revel.

Citado regularmente (fl. 33v.), ele não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação (fl. 34), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

As provas amealhadas, ademais, respaldam as alegações da autora.

Nesse sentido, os documentos de fls. 06/15 comprovam a situação do imóvel em apreço antes dos fatos noticiados, ficando clara a existência das plantações elencadas na exordial.

Já os documentos de fls. 16/24 evidenciam como ficou o imóvel após a destruição das plantações.

Por fim, o documento de fls. 25/26 reforça a responsabilidade do réu por esse fato, não tendo ele demonstrado interesse algum sequer em impugná-lo ou eximir de qualquer maneira sua culpa pelo ocorrido.

A conjugação desses elementos patenteia o ato ilícito atribuído ao réu, bem como a necessidade dele ressarcir a autora pelos prejuízos daí advindos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tal indenização, porém, não se fará nos moldes pleiteados porque o valor postulado se afigura excessivo.

É indiscutível o dano moral sofrido pela autora, acolhendo-se no particular sua versão para concluir-se que sofreu abalo consistente em decorrência da ação do réu.

Todavia, a fixação da indenização há de levar em conta os critérios usualmente considerados em situações afins, vale dizer, a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado.

Fixadas essas premissas, assinalo que não há um único indício a propósito da situação econômica do réu, nada se patenteando a respeito.

De outra parte, reputa-se de vulto o aborrecimento da autora, tendo em vista que pelo que se pode apurar existia realmente forte ligação sentimental com o imóvel aqui versado por suas características peculiares, especialmente quanto às plantações que nele havia.

Nesse contexto, arbitro a indenização para reparação dos danos morais em R\$ 6.000,00, à míngua de dados consistentes que permitissem estabelecer a certeza de que o réu poderá pagar montante superior.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA